

O JOGO DA EXCLUSÃO

Conferência proferida por *SIDI ASKOFARÉ** no Colloque sur L'exclusion**

Gostaria de começar minha fala desta tarde por uma questão que, creiam, não é uma pura retórica. Esta questão é a seguinte: o que autoriza a psicanálise a falar da exclusão?

Esta questão se impõe pelo menos por duas razões maiores. A primeira, concreta, leva em conta que a psicanálise, na sua realidade como na sua representação social, não é uma prática comumente acessível àqueles que denominamos os excluídos. Esta prática concerne um campo, o inconsciente, e o que denominamos os excluídos. É sobre este sujeito, que demanda porque ele sofre, que ela opera num certo quadro e em certas condições. Por outro lado, é uma prática e uma experiência que se diz, não sem razão, longa, custosa e exigente. Poder-se-ia pensar que os “excluídos” são tanto mais excluídos!

A segunda razão, teórica ou epistêmica, leva em conta que a categoria da exclusão não é uma noção ou um conceito, mesmo menor, da psicanálise.

Se nos atermos a estas duas considerações, seríamos conduzidos a considerar que, da exclusão, a psicanálise e os psicanalistas não têm nada a dizer.

Permitam-me objetar isso a partir de três observações.

A primeira concerne à prática dos psicanalistas. Conheço bem poucos – para não dizer nenhum – para não dizer absolutamente nenhum – cujo exercício profissional se limita a seu trabalho no gabinete. Todos ou quase todos – e, notadamente, desde a “democratização” da psicanálise que seguiu a fundação por Lacan da Escola Freudiana de Paris e Maio de 1968 –, todos então ou quase todos trabalham também no meio hospitalar, médico-social, médico-psicológico, nas universidades ou em organismos de pesquisas. Se eles não exercem sempre a psicanálise, longe está que, em

* Psicanalista, Doutor em Letras e Ciências Humanas e em Psicologia, Professor e Diretor de Pesquisa da Université de Toulouse 2 – Le Mirail, professor do Colégio Clínico do Sudoeste (França), AME da École de Psychanalyse des Forums du Champ – France (EPFC – France). E-mail: s.askofare@wanadoo.fr

** Organizado pela ARSEAA (Association Régionale pour la Sauvegarde de l'Enfant, de l'Adolescent et de l'Adulte) e realizado em 26/5/2007, em Toulouse (França).

sua prática médica, psiquiátrica, psicológica, de professor ou de pesquisador não esteja profundamente marcada por sua experiência pessoal e seu exercício da psicanálise. Ora, nestes lugares, o fenômeno da exclusão é encontrado e às vezes tratado.

Minha segunda observação será em dizer que, se o inconsciente, o mestre – palavra da psicanálise –, for suprimido, se ela é essa instância da verdade ligada à tomada da linguagem e ao exercício da fala, não podemos dizer que qualquer um seja excluído. Os “excluídos” são então, talvez, excluídos de tudo, menos do inconsciente e de seus efeitos.

Terceira observação enfim. Se a psicanálise está fundamentada a falar da exclusão seria somente pela razão seguinte: enquanto saber e experiência, a psicanálise só é possível como discurso – laço social *sui generis*, mas laço social mesmo que entre dois protagonistas, o analisando e o analista – e numa dependência e numa articulação com os outros discursos em que se sustenta o social.

Partamos disso: não é senão ao sair da “psicanálise em intensão” que a psicanálise tem chance de reencontrar e de poder pensar a exclusão. Ela a reencontra, em particular, quando ela investe no social, no campo social, nas questões que ele põe e nos fenômenos que ele gera.

Pode-se afirmar que a própria psicanálise em intensão nasceu do social, pois, no fim das contas, os sujeitos com que ela lida não são mônadas leibnizianas. São *seres de relação* e, particularmente, seres que são constituídos – no melhor dos casos – a partir das relações de amor e desejo de seus pais.

Nas sociedades que vimos nascer a psicanálise, essas relações – até recentemente e talvez ainda hoje – são inscritas numa estrutura social, numa estrutura de sociabilidade e de socialização que denominamos família. São os efeitos, os não êxitos e os sofrimentos ligados às relações do sujeito a esta forma inaugural do social, que sob a forma de inibição, sintomas ou angústia, que os psicanalistas trabalham arduamente no cotidiano.

Somente, é necessário lembrar, a família não é a sociedade e, portanto, o familiar não saberia recobrir, por cada um, o social. Também, Freud não se restringiu à família, mesmo se ele reduz suas elaborações a certas formas paradigmáticas das estruturas no seio dos quais os sujeito experimentam o social e a relação ao social: a Igreja e

o Exército. Ele, portanto, tão audacioso intelectualmente, não ousou ir além. Desse modo, deixou na sombra, por assim dizer, o que é da nação e, portanto, o que é mais diretamente e manifestadamente político.

Evocando a Igreja e o Exército, todos terão reconhecido o texto de Freud ao qual faço referência aqui: *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/1981), texto no qual ele realiza a passagem que mencionei, o salto da psicologia individual à psicologia das massas.

No coração de uma como da outra, que encontramos? A identificação. As identificações aos significantes e/ou aos traços do Outro e a identificação à imagem ou ao semelhante que encontramos no fundamento da subjetividade individual são, *mutatis mutandis*, aquelas que reencontramos nos grupos sob a forma de identificações verticais e horizontais, identificações ao chefe, ao líder e identificação aos semelhantes.

A psicanálise após Freud, ela também é confrontada com o social. Que seja através da questão dos “pequenos grupos” com Wilfried Bion, que seja pelo problema da adaptação com a Ego-psychology ou, de modo mais radical, com Lacan e sua reconsideração do laço social a partir de seus fundamentos da linguagem e seu modo de tratar o gozo.

A doutrina que ele propõe, aquela que se diz dos “quatro discursos” (LACAN, 1969-1970/1991) é, talvez, aquela que nos é mais útil para nosso propósito. Por quê? Porque somente ela permite pôr e tomar o que faz laço social entre “parlêtre”, o que faz coexistir os corpos, que permite determinar como e sob quais condições se está entre e, por conseguinte, como se permanece fora ou como se sai disso. Dito de outro modo, ela permite demonstrar que o jogo da exclusão não seja outro senão o próprio laço social e o lugar que ele reserva à singularidade.

Definir a exclusão, a clínica que ela convoca e a ética relativa à suas práticas, exigem passar pela exposição de algumas questões. Em primeiro lugar: o que faz laço social? O que faz a sociedade, comunidade e até comunhão?

A partir da psicanálise, a resposta pende a dois pontos. Antes de tudo, a linguagem ou mais precisamente certo uso da linguagem, aquele que leva em conta o outro, que se endereça a outrem e que visa produzir um efeito sobre este outro: efeito de dominação, de sobreposição, de submissão; efeito de persuasão, de ensinamento, de transmissão; efeito de sedução, de sugestão, etc. Em seguida, de identificação. Retomo então, pois é ela, com efeito, que efetua o sujeito – e, notadamente sua instância imaginária,

o Eu [Moi] –, e é ela que é igualmente o princípio do político. Lacan chegou até mesmo a dizer que “o inconsciente é a política”, seja o que funda e faz viver a Cidade. O resto do que faz laço e comunidade, parece-me, em seguida: linguagem, religião, transmissão, trabalho, etc.

A Cidade em que estes fenômenos definem é então essencialmente uma Cidade do discurso, uma Cidade de discurso. E eu acrescentaria: é a única em que se poderia ser excluído. A exclusão, portanto, não é outra coisa que o inverso desta Cidade de discurso. Dito de outro modo, ela tem sempre a ver com a desidentificação, a desfiliação e mesmo com a errância.

A segunda questão que se impõe é, conseqüentemente: pode-se, desta cidade de discurso, se excluir ou ser excluído? E segundo quais modalidades?

Sou obrigado a lembrar aqui que, na economia dessa Cidade de discurso, todos os discursos não têm nem o mesmo peso nem a mesma função. Entre os discursos que determinam uma sociedade, sempre há um que ocupa uma posição fundadora e dominante. É isso que Lacan nos ensina a soletrar como o discurso do mestre, discurso do mestre cujo próprio inconsciente exalta.

Deste discurso do mestre, um sujeito pode se excluir ou ser excluído. É inclusive sob esta forma que a exclusão pode ser pensada e compreendida fora da psicanálise, por exemplo, por Michel Foucault: “a definição da doença e da loucura e a classificação dos loucos foi feita de modo a excluir de nossa sociedade certo número de pessoas. (...) É, de fato, um modo hábil de excluir certas pessoas ou certos esquemas de comportamento” (CHOMSKY e FOUCAULT, 2006, p. 73).

Sem ir até esse extremismo teórico-político e à posição antipsiquiátrica de Michel Foucault, é evidente que a loucura – quero dizer, as psicoses provocadas – constitui uma das figuras da exclusão social. Ela não é certamente a única, pois como se sabe, certas condutas – ditas adictas – ou certos modos de vida – ditas marginais – conduzem também. Se bem que não é exagerado dizer que no seu fundo, a exclusão é essencialmente a exclusão, por um discurso determinado, de certos modos de gozo. É por isso que o racismo jamais está distante!

Mas para permanecermos na loucura enquanto figura da exclusão, Lacan não disse outra coisa que Foucault, ainda que por razões distintas, quando ele define o psicótico como “fora do discurso”. Fora do discurso querendo dizer bem precisamente:

não submetido à castração – princípio de incompletude e de limite – que constitui a porta de entrada da Cidade do discurso e, conseqüentemente, incapaz de ocupar em qualquer laço social que seja outro lugar que aquele do Mestre.

Mas deste sujeito psicótico, devemos dizer que ele é excluído – como diria Foucault – ou que ele é excluído da Cidade do discurso, se nos referimos à foraclusão à sua posição de sujeito em face da à impostura paternal?

Fora a loucura, podemos não só conjecturar, mas constatar outra modalidade de exclusão que, ela, não depende da psicopatologia e assim de seu cuidado (no sentido médico do termo). É a exclusão relativa à figura do discurso que, no dizer de Lacan, hoje nos domina: o discurso capitalista.

Este discurso “paradoxal” – naquilo que aconteceu para se fazer laço social, ao contrário, o desfaz –, esse discurso é então aquele que determina a única economia que vale hoje e por toda parte – oh milagre da mundialização, da China ao Chile e da Austrália ao Alasca.

É excluído, se é excluído queira ou não, qualquer um que não participa, de um modo ou de outro, desta economia de bens – de produção, consumo, finanças – e de serviços. Esta exclusão se duplica geralmente numa outra: aquela do mundo de palavras (que vale sobre o mercado), de trocas simbólicas, em todo caso no quadro de discursos dominantes. Contrariamente ao outro, esta forma de exclusão não procede sempre de uma escolha, mesmo forçada, ou de uma decisão subjetiva. Ela tem parte ligada à própria economia do discurso capitalista, o que a faz depender de uma análise e de um modo de tratar a política.

Daí a diferença de sentido, de alcance, das exclusões.

Vocês sabem, sem dúvida, a qual ponto a questão do sentido é importante para a psicanálise e numa psicanálise. O que vocês talvez não saibam tão bem é como o sentido é problemático. Há o sentido que a psicanálise abomina: é o senso comum para qual todo sentido é bom, é o bom senso. E há aquele que lhe é útil, o sentido “escondido”, recalcado, aquele que não quer inclusive sempre dizer enterrado, na medida em que somente pode ser deslocado. É o sentido ligado à verdade. Mas mesmo este sentido só interessa na medida em que visa o real, quer dizer, o impossível.

Tratando-se da exclusão, seu sentido e seu real se articulam, naquilo que ela é, sintoma, e naquilo que ela é ainda mais: sintoma social. Que nós a definamos assim não deixa de trazer certas conseqüências. E, notadamente, a tarefa de se interrogar sobre

sua necessidade ou sua contingência, seu sentido e sua função, o modo de tratamento a lhe reservar, o saber eventual está por se extrair e por se elaborar. Direi que a aproximação da exclusão como sintoma constitui já uma bússola e abre uma perspectiva. Ela implica, com efeito – mas sob a condição, certamente, de desembaraçar a noção de sintoma de suas aderências médicas e psicopatológicas –, que a exclusão não é um acidente fortuito de nosso funcionamento social, uma aberração ou uma monstruosidade a erradicar a todo preço. Não esqueçamos que o puro, o homogêneo e o idêntico engendram também a teratologia.

Enquanto sintoma, a exclusão é, de uma lado, o retorno da verdade de nosso linho social – é sobre a qual ele é edificada e então ele não quer nada saber: seja que se incluir passe pelo consentimento aos sacrifícios do gozo e às identificações alienantes –, e, por outro lado, parte de uma função de enlaçamento – o temor da exclusão, modelo do temor da castração, envia ao mesmo tempo para a Cidade de discurso. Dito de outro modo, a exclusão vem funcionar como o destino prometido por qualquer um que recuse seguir os passos do discurso capitalista, a qualquer um que está com má disposição em dançar no ritmo da flexibilidade!

Daí se deduz uma orientação clínica.

Uma clínica da exclusão digna deste nome não saberia ser ou mesmo se aparentar a um tratamento ou a um reciclamento dos “resíduos sociais”. Quero dizer com isso que é pelo menos problemático de se fazer *a priori*, e para todos, uma clínica da adaptação, da reinserção ou da integração. Que certas formas de exclusão se restituem e que certos “excluídos” demandam isso não implica que ela seja universalizável por direito. Existem sujeitos para qual a exclusão, longe de ser um problema, uma questão ou o efeito de uma desvantagem, é a solução subjetiva que eles forjam para continuar a viver apesar de todas as perspectivas e contra o impossível, o insuportável de/e na sua existência. É preciso poder conter seu *furor sanandi*, suas paixões reparadoras ou compadecedoras e aceitar que existem sujeitos que não pedem nada de outrem – e isso não é nada que se possa lhes oferecer senão escutar, acolher, hospitalizar e acompanhar. Quer dizer, no fundo, ser tratado como humanos irreduzíveis à sua doença, à sua marginalidade, à sua dependência, à sua miséria.

* * *

Concluo. A ilusão ou o perigo não é talvez senão uma coisa: conceber ou pensar regras sem exceções, interiores sem exteriores, fraternidades e solidariedades ignorantes

de segregações que as determinam. No fundo, podemos dizer que aqueles que denominamos os excluídos – mas, para dizer a verdade, não estamos todos num nível ou noutro: todo sujeito é excluído do gozo, um exilado da relação sexual –, podemos dizer então dos excluídos o que Lacan pode dizer outrora dos psicóticos, a saber, que esses são mártires, quer dizer, testemunhas do inconsciente, portanto, da verdade. Os “excluídos” seriam quanto a eles as testemunhas de nosso laço social. O tratamento que lhes são reservados em seu seio constitui um índice precioso para apreciar a viabilidade e a consistência.

Não se pode então tratar de nenhum modo em iniciar uma clínica do social em que a razão de ser e o fim último seriam a erradicação da exclusão e, através dela, de todas aquelas formas e figuras de heterogeneidade e *in fini* da alteridade. A clínica do sintoma que se chama a exclusão – em todo caso é nisso que nós trabalhamos no seio da *Equipe de Recherches Cliniques*¹ – é exatamente a clínica que se põe em posição de acolher os “excluídos” naquilo que eles têm de mais singular e de os acompanhar, mas também de aprender com eles e com este saber recolhido fazer viático para que a vida dos “inclusos” não seja indigna.

Tradução: Ronaldo Manzi

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Goiás e mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é doutorando em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Co-organizou o livro *A filosofia após Freud* (São Paulo, Humanitas), assim como co-revisou o livro *A visão em Parallax* (São Paulo, Boitempo). Publicou artigos em periódicos especializados, além de diversas traduções de artigos. Atua principalmente nas áreas da Fenomenologia francesa e da Epistemologia da Psicanálise. Participa do grupo de pesquisa Latesfip (Laboratório de Estudos em Teoria Social, Filosofia e Psicanálise).

Referências

- BION, W. R. (1961). *Experiences in groups*. Londres, Tavistock Publications.
- CHOMSKY, Noam e FOUCAULT, Michel (2006). *Sur la nature humaine*. Bruxelles, Aden.
- FREUD, S. (1921/1981). *Psychologie des foules et analyse du moi*. In: *Essais de psychanalyse*. Paris, Payot.
- LACAN, J. (1969-1970/1991) *Le Séminaire, Livre XVII, L'envers de la psychanalyse*. Paris, Seuil.

Recebido em 5/10/2009; Aprovado em 4/12/2009.

1 O ERC é um pólo do Laboratório de Psicopatologia Clínica e Psicanálise da Universidade de Aix-Marseille. Trabalho entre outros com meus amigos Jean-Luc Gaspard, Michel Lapeyre, Pascale Macary e Marie-Jean Sauret.